PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 031.2025.01

Dispensa de licitação n.º 008/2025

Interessado: Prefeitura Municipal de Bannach – PA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA FINS DE UTILIZAÇÃO NAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS E PEQUENOS REPAROS NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NOS ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BANNACH ESTADO DO PARÁ.

I – RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica para contratação direta, sob a forma de dispensa de licitação, com base no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão do valor estimado da contratação ser inferior ao limite legal estabelecido para essa modalidade, cujo objeto é “AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA FINS DE UTILIZAÇÃO NAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS E PEQUENOS REPAROS NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NOS ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BANNACH ESTADO DO PARÁ.”

Foram anexados aos autos os seguintes documentos obrigatórios e necessários para subsidiar a contratação: Capa do processo; Documento de Formalização de Demanda (DFD); Estudo Técnico Preliminar (ETP); Levantamento de preços e cesta de valores médios; Minuta de Contrato e Modelo de Proposta; Justificativas; Autorização.

II – DAS QUESTÕES PRELIMINARES

Cumprido esclarecer que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para deflagração do procedimento administrativo de dispensa de licitação bem como da apreciação da minuta do aviso de dispensa e seus anexos, visto que compete a esta assessoria, prestar consultoria sob um prisma estritamente jurídico, não cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar

questões de natureza técnica, administrativa e/ ou financeira, destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos.

Esses limites às atividades desta assessoria jurídica se justificam em razão do princípio da deferência técnico - administrativa e enunciado n.º 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, *in verbis*:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Ademais, as manifestações dessa assessoria, são de natureza opinativa e, portanto, não são vinculantes pelo gestor público, o qual pode de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa da exposta neste parecer.

A presente manifestação tem o condão de analisar previamente os aspectos jurídicos demais atos elaborados neste procedimento administrativo, tendo a finalidade de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto que será contratado, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

O objetivo do parecer da assessoria jurídica é assistir a autoridade/ente no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase preparatória da licitação.

III – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A contratação direta por dispensa de licitação, embora excepcional, é admitida pela Lei nº 14.133/2021, desde que observadas suas hipóteses legais e os princípios que regem a Administração Pública.

O artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 prevê expressamente:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Com a atualização dos valores pelo Decreto nº 12.343/2023, conforme admitido pelo art. 75 da Lei 14.133/2021, o novo teto para esta dispensa é de R\$ 62.725,59, valor superior ao estimado no presente procedimento, que é de R\$ 53.125,35, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar e na cesta de preços consolidada.

Sabe-se que cabe ao administrador fazer a análise do caso concreto, com relação ao custo-benefício desse procedimento, levando-se em conta o princípio da eficiência e o interesse público que a contratação direta proporciona. Contudo, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de um procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa e celebração do contrato.

A nova Lei de Licitações traz um procedimento especial e simplificado para seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública, na qual a justificativa encontra-se inicialmente no Documento de Formalização da Demanda, elaborado pela Secretaria de Administração:

O Município de Bannach, com altitude de 444 metros acima do nível do mar, com área de 2.956,649 km², com uma população estimada (IBGE-2021) de 4.031 habitantes. Sendo que 2/3 (dois terços) moram na zona rural, com economia baseada na agropecuária, com um rebanho de 500 mil cabeças de gado.

A Prefeitura Municipal de Bannach, Estado do Pará, por meio de sua Secretaria competente, vem apresentar a presente justificativa com a finalidade de demonstrar a necessidade da aquisição de material de construção civil para atendimento das demandas referentes às manutenções preventivas, corretivas e pequenos reparos nos estabelecimentos e secretárias pertencentes a Prefeitura de Bannach.

A aquisição se faz necessária para garantir a continuidade e qualidade dos serviços públicos essenciais prestados à população, especialmente nas unidades de saúde e demais espaços vinculados à assistência social. Tais estabelecimentos necessitam de constante manutenção estrutural para

assegurar condições adequadas de funcionamento, salubridade, segurança e conforto tanto para os usuários quanto para os servidores públicos.

Além disso, a execução tempestiva de pequenos reparos e intervenções corretivas evita a degradação progressiva das estruturas físicas, o que poderia resultar em gastos maiores futuros, paralisação de serviços ou comprometimento do atendimento à população.

Portanto, a contratação ora proposta visa dotar a administração pública municipal de recursos materiais indispensáveis à realização dos serviços de manutenção predial com eficiência, economicidade e continuidade administrativa, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

Diante do exposto, justifica-se plenamente a necessidade da contratação para aquisição de material de construção civil, visando atender de forma imediata e adequada às demandas de manutenção nos estabelecimentos assistenciais do Município de Bannach – PA.

A estimativa de valor e quantidade da contratação, estão presentes dentro da pesquisa de preço, tendo sido realizada a pesquisa pelo departamento de compras, cujo valor se apresenta dentro do limite estabelecido no artigo 75, II, da Lei nº. 14.133/21.

No caso em tela, o preço máximo admitido para a presente aquisição tomou por referência os valores na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133/21, mostrando-se satisfatória.

É de se ressaltar que os autos contêm toda documentação necessária para o procedimento, inclusive a estimativa de despesa para o feito, nos termos do art. 72, II, da Lei nº. 14.133/21, *in verbis*:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial. (Grifo Nosso).

Deste modo, conclui-se que o procedimento de contratação direta por dispensa de licitação encontra-se, até o presente momento, em conformidade com os preceitos legais estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, estando devidamente instruído com os documentos

exigidos e respaldado por motivação técnica idônea. Não se vislumbra, portanto, impedimentos jurídicos à sua regular continuidade e formalização.

IV – CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta parecerista opina pela regularidade jurídica da contratação direta por dispensa de licitação com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que estão preenchidos os requisitos legais, o processo encontra-se devidamente instruído e a minuta contratual está em conformidade com as disposições legais pertinentes, ressalvando, todavia, o caráter meramente opinativo deste arrazoado, que não tem o poder de vincular a decisão da autoridade assessorada. A esta, por seu turno, fica resguardado o seu poder discricionário de decidir com base no mérito administrativo.

É o parecer.

Bannach, PA, 01 de julho de 2025.

INDIA INDIRA AYER NASCIMENTO

ADVOGADA OAB/PA 22.146